

Diretrizes mudam ensino médio a partir de 1999

Deise Leobet
de Brasília

Depois das mudanças feitas no ensino fundamental, o governo está agora propondo significativas alterações no 2.º grau, o chamado ensino médio, que incluem desde uma nova identidade curricular até maior autonomia das escolas. A meta do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) é substituir o atual ensino "enciclopédico" por um modelo que estimule a criatividade e espírito crítico dos alunos.

As alterações estão previstas na resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e, já a partir do próximo ano letivo, serão colocadas em prática aos cerca de 7 milhões de estudantes das redes pública e privada de ensino de 2.º grau.

"A nossa visão é criar um modelo de ensino que propicie o desenvolvimento da cidadania dos jovens, que os prepare para o mercado de trabalho e os ajude

a se desenvolver socialmente", disse o secretário da Educação Média e Tecnológica, Ruy Leite Berger Filho. Ele lembrou que um dos motivos que levaram o ministério a implantar as mudanças foi o crescimento das matrículas para esse nível de ensino.

Entre 1985 e 1994 foi registrado um crescimento médio superior a 100%, enquanto que no ensino fundamental o aumento de matrículas foi de apenas 30%.

Para a reforma do 2.º grau, serão investidos cerca de US\$ 5 bilhões nos próximos cinco anos. Metade dos recursos serão provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com uma contrapartida brasileira no mesmo valor.

Esses investimentos serão utilizados em programas de capacitação de professores, revisão do material didático, construção e reforma de prédios, carteiras, laboratórios, bibliotecas e recursos de informática.

O modelo a ser implantado foi elaborado a partir de discussões com a comunidade escolar, observando as tendências mundiais.

Segundo Berger, cada escola, tanto da rede pública como da rede privada, poderá elaborar seu próprio currículo e definir as suas próprias estratégias de educação além do seu programa pedagógico, respeitando a base nacional comum que contemplará 75% da carga horária mínima, o equivalente a 2.400 horas distribuídas em três anos.

Nesse período serão abordadas três áreas do conhecimento: Línguas, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A segunda parte do currículo, também chamada de parte diversificada, ocupará os outros 25% do tempo de ensino e as disciplinas poderão ser definidas pela própria unidade de ensino, a partir de características regionais e locais.

Essas mudanças atendem às determinações previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada pelo Congresso em de-

Serão investidos US\$ 5 bilhões na capacitação de professores, reforma de prédios, bibliotecas e laboratórios

zembro de 1996.

As novas diretrizes anunciadas por Berger também fazem distinção entre a preparação geral para o trabalho e a formação profissional. Com as mudanças, a preparação do aluno para o desempenho de profissões técnicas terá que ser feita por curso complementar, que tanto poderá acontecer com a carga regular do ensino médio, ou com cursos adicionais. As disciplinas cursadas no ensino básico poderão ser aproveitadas até o limite de 25%, em currículo complementar.

Berger disse ainda que a nova proposta visa acabar com a dualidade do atual currículo do sistema de ensino do 2.º grau, que de um lado preparava os adolescentes de famílias mais abastadas para o vestibular e para a universidade, e os mais pobres para o mercado de trabalho. Além disso, ele acredita ainda que os chamados cursos pré-vestibulares serão bastante afetados pelas mudanças anunciadas. "A tendência dessas instituições é de se transformar para atender a demanda que lhes é feita", disse.